

Senhores Acionistas,

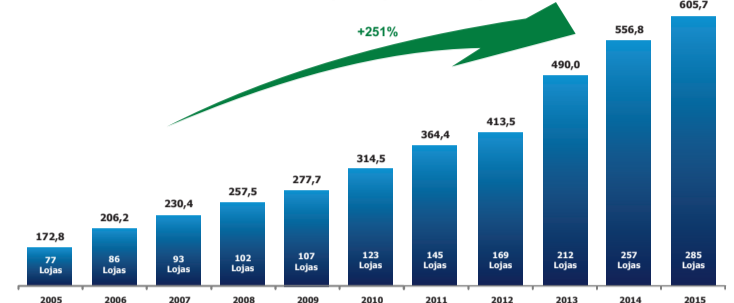
Apresentamos para sua análise e apreciação o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras da GUARARAPES CONFECÇÕES S.A. individual ("Companhia") e consolidado, com o relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

## 1. ANÁLISE CORPORATIVA

Os desafios macroeconômicos presentes durante todo o ano de 2015 estimularam a companhia a "olhar para dentro" e ajustar suas operações visto o cenário esperado para o crescimento do PIB, renda, inflação e emprego. A busca por ganho de produtividade e por um maior equilíbrio em seu ciclo financeiro foram fatores de destaque desta execução. A melhora de 26,6% no indicador área de vendas (m²) por colaborador no decorrer dos últimos dois anos reflete a definição de processos mais eficientes que garantem a operação das lojas, aumentam a produtividade e reduzem a alavancagem operacional. A forte redução dos níveis de estoque e o importante aumento dos prazos de fornecedor contribuíram para a melhora de 31,6% do ciclo financeiro, favorecendo, assim, a geração de caixa do grupo.

Os desafios macroeconômicos, porém, não diminuíram a convicção da companhia em relação à oportunidade de ganho de market share através do desenvolvimento do seu modelo de negócio baseado nos conceitos de fast fashion. A prova disso foi o direcionamento de R\$178 milhões para investimentos no novo centro de distribuição localizado em Guarulhos. Adicionalmente, a Riachuelo manteve seu processo de expansão, a inaugurando 28 lojas em 2015, encerrando o exercício com 285 lojas em operação. Sendo assim, de 2005 ao final de 2015, a Companhia aumentou sua área de vendas em 251%, adicionando 433 mil m² no período.

### Área de Vendas (mil m²) ao final do período



O processo de expansão reflete o objetivo da Riachuelo de conquistar novos mercados e consolidar suas posições regionais através da inauguração e remodelação de lojas. No decorrer dos últimos anos, a Companhia flexibilizou seus formatos de lojas a fim de atingir diferentes tipos de mercado. Em 2015, a Riachuelo inaugurou 10 lojas compactas com menos de 1.500 m² de área de vendas, sendo uma delas, no bairro de Ipanema, a primeira loja em processo de certificação LEED (Leadership in Energy and Environmental Design), reconhecimento emitido pelo U.S. Green Building Council (USGBC). Estes novos formatos apresentam excelentes alternativas para grandes centros com restrições de espaço.

A Riachuelo manteve sua proposta de democratização da moda, oferecendo aos clientes de todo Brasil, peças com design a preços acessíveis. A coleção Outono/Inverno 2015 teve como inspiração as tendências "Folk Story" e "Sport Urban". Para a primeira, a Companhia se inspirou no estilo folk dos nativos norte-americanos da tribo Navajo. Estampas étnicas, uma mescla de tons terrosos com acentos quentes, franjas e penas formaram a atmosfera ambientada nas terras áridas dos desertos. Para a tendência "Sport Urban", o universo esportivo foi referência, com estampas geométricas, tecidos tecnológicos e desportiva urbana. Com peças inspiradas na guarda-roupa de Lala Pudge, a Riachuelo apresentou mais uma parceria de sucedo. A coleção da fashionista e blogueira no guarda-roupa de Lala Pudge, a Riachuelo apresentou mais uma parceria de sucedo. A coleção da fashionista e blogueira no guarda-roupa de Lala Pudge, a Riachuelo apresentou mais uma parceria de sucedo. A coleção da fashionista e blogueira no guarda-roupa de Lala Pudge, a Riachuelo apresentou mais uma parceria de sucedo.

A campanha Dia das Mães 2015 foi estrelada por Grazi Massafera. Pensando na mulher urbana, os looks eram perfeitos para transitar entre dia e noite com estampas botânicas e geométricas de puro charme. Com o Dia dos Namorados, a coleção veio inspirada em casais apaixonados dos mais diversos estilos - dos modernos aos clássicos, passando pelos divertidos e antenados. O destaque ficou por conta dos tops cropped e dos quimons em tons de branco, preto, off white, pink e laranja. Em homenagem ao Dia dos Pais, a Riachuelo convidou o ator e apresentador Marco Garcia e seus três filhos para estrelarem a campanha, que manteve o mesmo conceito do Dia das Mães, leve, divertido e descontraído. A coleção foi criada para atender aos mais diversos estilos, em todos os momentos, do trabalho ao lazer.

As coloridas ruas de Marrakech e as exóticas paisagens marroquinas foram o cenário eleito para a campanha de Primavera/Verão. O resultado foi uma coleção sedutora, leve, misteriosa, autêntica e vibrante. A blogueira Camila Coelho, do "Super Vaidosas", foi a convidada especial da marca e a companhia de perto os bastidores de todo o shooting.

Em outubro, a Riachuelo lançou a coleção Letícia Bronstein. A coleção, com opções que vão além dos looks de festas que são a marca registrada da Letícia, foi apresentada no São Paulo Fashion Week 2015. As peças trazem versatilidade através dos tons de off-white, preto, fúcsia, azul e estampas florais, animal print, além de muita renda. Em 25 de novembro, foi lançada a coleção Camilla Coutinho para Riachuelo. Com uma estampa floral principal e uma cartela de cores que evidencia os tons fortes, a linha apostou no contraste com o branco, que apareceu em peças leves e despretensiosas com detalhes em renda guipurada. O jeans também ganhou aplicação de bordados, assim como as bolsas e a mala de viagem, item inédito nas coleções assinadas.

Vale destacar que o desempenho financeiro comercial vai além do enorme sucesso alcançado em suas vendas. O ganho de imagem de moda junto a um público jovem cada vez mais atento e consciente no que diz respeito aos aspectos ecológicos e sociais é o grande trunfo gerado por tais estratégias.

Em relação à operação financeira, a companhia reagiu ao cenário mais desafiador proveniente da esfera macroeconômica. A partir do segundo trimestre, a Midway financeira passou a embelacear a concessão de crédito relacionada, principalmente, a Empréstimo pessoal, saque fácil e à emissão de novos cartões de embaralhados. A Riachuelo foi reconhecida pela premiação Empresas Que Mais Respeitam o Consumidor 2014, como primeira colocada no ranking no segmento "Lojas de Roupas". O estudo, que é pioneiro e exclusivo no mercado brasileiro, foi realizado pela Shopper Experience com exclusividade para a revista Consumidor Moderno e contempla as práticas empresariais mais bem sucedidas no respeito ao cliente. A avaliação apurou os níveis de respeito segundo a opinião direta do próprio cliente e premia as instituições mais citadas. Por isso, esse reconhecimento representa a máxima condecoração das empresas comprometidas com esse atributo.

O ano de 2015 também foi destaque no levantamento Empresas Notáveis da revista Consumidor Moderno como a primeira colocada na categoria Branding (imagem da empresa frente aos consumidores), no segmento de Lojas de Departamento e Varejo de Moda. Como forma de reconhecimento pela transparência nas informações financeiras divulgadas ao mercado em geral, o Grupo Guararapes recebeu, pelo segundo ano consecutivo, o Prêmio Troféu Transparência 2015. Concedido pela Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (ANEF), em parceria com a Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (FIEC/AF) e Serasa Experian, o 19º Troféu Transparência reconheceu as melhores práticas contábeis e conjunção de informações mais objetivas para o mercado. A avaliação das empresas finalistas levou em conta critérios como compromisso com a ética e a transparência na prestação de contas de suas demonstrações financeiras perante acionistas, colaboradores, fornecedores, governos, consumidores e demais stakeholders.

## 2. DESEMPENHO OPERACIONAL

### 2.1. Guararapes

A Guararapes é o maior Grupo empresarial de moda do Brasil e controlador da rede varejista Lojas Riachuelo. Em linha com a estratégia de integração adotada, 100% de sua produção foi destinada às lojas do Grupo no decorrer de 2015.

### Produção

Em 2015, a produção da Guararapes totalizou 38,5 milhões de peças. Nos últimos anos, a Companhia investiu fortemente na modernização de seu parque fabril, através da aquisição de maquinários de última geração que proporcionam aumento de produtividade e maior desenvolvimento de moda em suas peças. Novas máquinas de bordado automatizado, estampa digital, elaboração de detalhes a laser e corte automático são apenas alguns exemplos de inovação já implementados com o objetivo de atender às necessidades da Riachuelo de forma cada vez mais otimizada, resultando no desenvolvimento de mais de 15.000 novos modelos por ano.

### 2.2. Lojas Riachuelo

No final de 2015, a Riachuelo inaugurou vinte e oito lojas, totalizando 285 unidades em operação e 605,7 mil m² de área de vendas ao final do exercício.

Novas Lojas 2015	Inauguração	Área de vendas (m²)
1 - Haboraj/RJ - Haboraj Plaza Shopping	26 de fevereiro	1.454
2 - São José de Ribamar/MA - Patio Norte Shopping	18 de março	1.803
3 - Itaguaí/RJ - Shopping Patiomix Costa Verde	19 de março	1.348
4 - Araraquara/SP - Shopping Jaraguá Araraquara	08 de abril	1.566
5 - Guarulhos/SP - Parque Shopping Maia	16 de abril	1.048
6 - Jaraguá do Sul/SC - Jaraguá do Sul Park Shopping	16 de abril	1.575
7 - Uberaba/MG - Praça Uberaba Shopping	29 de abril	1.280
8 - Santa Bárbara d'Oeste/SP - Tivoli Shopping	29 de abril	1.393
9 - Curitiba/PR - Shopping Curitiba	30 de abril	1.524
10 - Curitiba/MT- Pantanal Shopping	30 de abril	1.832
11 - São José do Rio Preto/SP - Plaza Avenida Shopping	30 de abril	1.886
12 - Fortaleza/SC - Farol Shopping	05 de maio	1.306
13 - Fortaleza/CE - Shopping Benfica	25 de junho	1.658
14 - São Gonçalo/RJ - Shopping Pátio Alcântara	07 de julho	2.098
15 - Rio de Janeiro/RJ - Barra Shopping	21 de julho	1.412
16 - Belém/PA - Shopping Bosque Grão Pará	27 de agosto	2.268
17 - Teresina/PI - Shopping Rio Poty	29 de setembro	2.732
18 - Parnaíba/PI - Parnaíba Shopping	15 de Outubro	1.422
19 - Paulista/PE - Paulista North Way Shopping	30 de Outubro	2.362
20 - Uberlândia/MG - Uberlândia Shopping	03 de Novembro	2.002
21 - Rio Grande/RS - Partage Shopping Rio Grande	05 de Novembro	1.648
22 - Porto Alegre/RS - Barra Shopping Sul	12 de novembro	1.548
23 - Porto Alegre/RS - Rua dos Andrades	12 de novembro	1.219
24 - Porto Alegre/RS - Avenida Otávio Rocha	12 de novembro	3.155
25 - Várzea Grande/MT - Várzea Grande Shopping	17 de Novembro	1.869
26 - São José dos Pinhais/PR - Shopping São José	18 de Novembro	609
27 - Camaçari/BA - Boulevard Shopping Camaçari	26 de Novembro	1.856
28 - Rio de Janeiro/RJ - Ipanema	10 de Dezembro	1.017
<b>Total Área de Vendas 2015</b>		<b>46.890</b>
<b>Área Média Lojas 2015</b>		<b>1.675</b>

Vale lembrar que o período de maturação de uma nova loja é de aproximadamente cinco anos, o que torna tais áreas um elemento relevante na definição do ritmo de crescimento das vendas da Companhia. Ao final de dezembro de 2015, a Riachuelo contava com 40% de sua área de vendas mais idade entre um e cinco anos.

### Número de Lojas



### Idade da Área de Vendas - 2015



## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

### Receita Líquida e Margem Bruta

A receita líquida consolidada de mercadorias totalizou R\$ 4.068,2 milhões em 2015, 8,5% maior que os R\$ 3.748,3 milhões registrados em 2014. No critério "mesmas lojas", houve queda de 0,5%. A margem bruta consolidada de mercadorias registrou queda de 3,9 p.p. no ano, passando de 55,0% em 2014 para 51,1% em 2015. O elevado nível de estoque que persistia ao final do 3T15 estimulou a companhia a manter o forte patamar de demarcações durante os meses de outubro e novembro. A deterioração do cenário macroeconômico e o baixo desempenho do setor continuaram dificultando a reação das vendas, porém, as ações tomadas fizeram com que o nível do estoque recuasse para os patamares de 2013 (em dias de estoque) e contribuíram de forma positiva para uma melhora significativa do ciclo financeiro e geração de caixa do grupo.

Sendo assim, o ciclo financeiro da companhia encerrou o 4T15 em 145 dias (205 dias no 3T15), ante 212 dias ao final do 4T14. Tal melhora foi possível através de ações tomadas nos últimos meses, tais como: redução do nível de estoque conforme exposto acima; aumento dos prazos de pagamentos junto aos fornecedores nacionais e internacionais; e redução dos volumes de empréstimo pessoal e de cartões bandeira concedidos aos clientes.

No ano de 2015, os produtos Guararapes representaram 31,2% da venda total da Riachuelo, ante 32,7% registrado no ano de 2014. Vale destacar que o atual patamar de participação de produtos Guararapes está contemplado no planejamento da Companhia uma vez que a operação de varejo segue em um ritmo maior que a capacidade de produção do grupo. Além disso, a capacidade de produção da Guararapes está, cada vez mais, sendo utilizada para a produção de itens modais, de maior valor agregado.

### 2.3. Midway Shopping Center e Imóveis Próprios

Localizado no mais importante cruzamento da cidade de Natal-RN, formado pela Av. Senador Salgado Filho e pela Av. Bernardo Vieira, eixos estruturais da malha viária da cidade, o Midway Mall tem excelentes condições de acessibilidade e está, no máximo, a quinze minutos dos principais bairros, fazendo com que todo o perímetro urbano esteja no raio de sua área de influência. Inaugurado em 27 de abril de 2005 e atualmente com a quase totalidade de sua área bruta locada, o Shopping dispõe de 231 mil m² constituídos por três pavimentos em operação destinados a lojas, treze lojas âncoras, praça de alimentação e serviços diversos. O terceiro pavimento, expandido em 2010, abriga sete salas de cinema (Cinemark), cinco novas âncoras, lojas satélites e um completo espaço gourmet composto por renomados restaurantes da cidade.

Ainda no terceiro piso, o Midway Mall conta com o Teatro Riachuelo, a mais moderna e completa casa de espetáculos de Natal. Inaugurado em dezembro de 2010, o espaço tem capacidade para até 3.500 espectadores, dependendo de sua configuração. Através deste empreendimento, o shopping busca consolidar seu mix de lazer, entretenimento e cultura, proporcionando ao público uma ampla variedade de shows e espetáculos através de uma administração especializada em parceria com operadores com grande experiência no segmento.

A seguir, segue tabela demonstrando a evolução de suas receitas e de seu EBITDA. Vale ressaltar que as receitas e despesas referentes à operação do shopping são consolidadas, respectivamente, nas linhas de "Receita Bruta" e de "Despesas Gerais e Administrativas".

Midway Mall (R\$ Mil)	12M15	12M14	Var. (%)
Receita Líquida de Aluguel e Luvas (R\$ Mil)	61.703	57.079	8,1%
<b>EBITDA (R\$ Mil)</b>	<b>56.642</b>	<b>48.503</b>	<b>16,8%</b>
Margem EBITDA	91,8%	85,0%	6,8 p.p.
ABL (mil m²)	65,7	65,7	0,0%
EBITDA/ABL (R\$/m²)	862,4	738,5	16,8%
<b>NOI (R\$ Mil)</b>	<b>59.255</b>	<b>50.179</b>	<b>18,1%</b>
Margem NOI	92,5%	86,2%	7,3 p.p.

A receita líquida do Midway Mall totalizou R\$ 61,7 milhões em 2015, 8,1% maior que os R\$ 57,1 milhões registrados no mesmo período de 2014.

O EBITDA do Midway Mall totalizou R\$ 56,6 milhões em 2015, 16,8% maior que o apurado no mesmo período de 2014. A margem EBITDA atingiu 91,8%. O desempenho apresentado no período é reflexo da melhora do mix de lojas na operação do empreendimento. Além da operação do Shopping Center, o Grupo destaca-se por possuir um portfólio representativo de lojas em imóveis próprios. Dentre as 285 lojas da Riachuelo em operação ao final de dezembro de 2015, 46 estavam instaladas em imóveis pertencentes ao Grupo. Desta forma, dos atuais 605,7 mil m² de área de vendas total, 119,4 mil m² (20%) referem-se às lojas localizadas em imóveis próprios. Considerando tais imóveis, juntamente com os dois centros de distribuição e as seis plantas de produção industrial, o Grupo possui aproximadamente 800 mil m² em área bruta construída.

	Quantidade	(%)
<b>Lojas em Imóveis Próprios</b>	<b>46</b>	<b>16%</b>
Lojas em Shopping	8	3%
Lojas em Rua	38	13%
<b>Lojas em Imóveis Alugados</b>	<b>239</b>	<b>84%</b>
Lojas em Shopping	228	80%
Lojas em Rua	11	4%
<b>Total de Lojas</b>	<b>285</b>	<b>100%</b>

### 2.4. Transportadora Casa Verde

A Transportadora Casa Verde (TCV) é responsável por parte da logística do Grupo e, devido aos investimentos realizados nos últimos anos, principalmente em tecnologia, é capaz de entregar regularmente os produtos fabricados pela Companhia para as Lojas Riachuelo de forma bastante eficaz. Ao final de 2015, a TCV contava com 180 caminhões próprios e 39 carretas.

### 2.5. Midway S.A - Crédito, Financiamento e Investimento

No período de janeiro a dezembro de 2015, a Receita da Operação Financeira atingiu R\$ 1.458,8 milhões, 48,8% maior que os R\$ 981,1 milhões apurados no mesmo período de 2014. Vale destacar que o aumento das Receitas de Comissões sobre Cartão Bandeira refere-se às receitas com anuidade dos clientes titulares e adicionais, ao crescimento da base de clientes e às receitas de Interchange. A recente redução do ritmo de crescimento da receita de empréstimo pessoal e Saque Fácil reflete a decisão da companhia de reduzir o ritmo de tais operações visto o risco associado ao atual cenário macroeconômico.

Midway Financeira - Demonstração de Resultados	12M15	12M14	Var. (%)	Localização no DRE Consolidado
<b>Receita da Operação Financeira</b>	<b>1.458.786</b>	<b>981.106</b>	<b>48,8%</b>	
Receita Financeira de Vendas				
c/Juros, Multa e Juros s/atrasos	966.222	655.015	47,5%	Receita Bruta
Receitas de Empréstimo Pessoal e Saque Fácil	292.323	181.650	60,9%	Receita Bruta
Receitas de Comissões sobre Prod. Financeiros	103.601	73.396	41,2%	Receita Bruta
Receitas de Comissões sobre Cartão Bandeira	97.641	71.046	37,4%	Receita Bruta
<b>Provisão Créditos de Liquidação Duvidosa</b>	<b>(571.009)</b>	<b>(265.763)</b>	<b>114,9%</b>	
PDD Empréstimo Pessoal e Saque Fácil	(92.586)	(39.162)	736,4%	Provisão Créditos de Liquidação Duvidosa
PDD Vidas com juros e sem juros	(478.423)	(226.601)	111,1%	Provisão Créditos de Liquidação Duvidosa
Descontos em Operações de Crédito	(175.796)	(130.456)	34,8%	Custo de bens e/ou Serviços vendidos
Despesas com tarifas das bandeiras	(14.235)	(5.999)	137,3%	Custo de bens e/ou Serviços vendidos
<b>Resultado Bruto da Operação Financeira</b>	<b>698.746</b>	<b>578.888</b>	<b>20,7%</b>	
Receitas Prestação Serviço p/Riachuelo	36.252	32.487	11,6%	Outras Receitas (Despesas) Operacionais
Outras Receitas Operacionais	2.510	430	494,4%	Outras Receitas (Despesas) Operacionais
Despesas Tributárias	(79.479)	(55.450)	43,3%	Deduções
Despesas Operacionais	(314.694)	(241.237)	30,4%	Despesas Gerais e Administrativas
<b>Resultado Operacional</b>	<b>343.336</b>	<b>215.117</b>	<b>9,0%</b>	
Receita com Títulos e Valores Mobiliários	52.931	38.391	37,9%	Receitas (Despesas) Financeiras
Despesas Títulos e Valores Mobiliários	(70.982)	(38.126)	86,2%	Receitas (Despesas) Financeiras
Resultado Não Operacional	67	(31)	n.m.	Outras Receitas (Despesas) Operacionais
<b>Resultado antes do IR</b>	<b>325.352</b>	<b>315.351</b>	<b>3,2%</b>	
Imposto de Renda e Contribuição Social	(112.231)	(121.937)	-8,0%	Provisão para IR e CSLL
Participações nos Lucros	(5.465)	(4.074)	34,2%	Outras Receitas (Despesas) Operacionais
<b>Lucro (Prejuízo) Líquido</b>	<b>207.656</b>	<b>189.340</b>	<b>9,7%</b>	

No acumulado de janeiro a dezembro de 2015, as Despesas Operacionais totalizaram R\$ 314,7 milhões, 30,4% acima dos R\$ 241,2 milhões apurados no mesmo período do ano anterior. Para facilitar o entendimento, as despesas administrativas e as demais despesas operacionais estão consolidadas na linha "Despesas Operacionais". A Companhia continuou a gerenciar seu estoque de provisões para devedores duvidosos com o intuito de manter a relação PDD x Volume de Carteira nos patamares adequados em relação ao nível de risco das operações. Com o objetivo de melhor ilustrar o processo de constituição da Provisão para devedores duvidosos, segue tabela contendo a abertura da carteira por faixa de atraso e seus respectivos estoques de provisão. O quadro traz ainda uma comparação da relação PDD x Volume de Carteira com os níveis mínimos exigidos pela Resolução 2682 do BACEN.

Dezembro - 2015					Saldo PDD (%) Mínimo requerido (Bacen)	
Faixa de atraso (dias)	Risco	Carteira	Saldo PDD	Saldo PDD (%)	Risco	Saldo PDD (%)
em dia	A	1.787.219	5.037	2,5%	A	0,5%
15-30	B	103.216	4.533	4,9%	B	1,0%
31-60	C	113.986	11.363	10,0%	C	3,0%
61-90	D	101.308	15.904	15,7%	D	10,0%
91-120	E	98.078	34.325	35,0%	E	30,0%
121-150	F	94.071	56.748	60,3%	F	50,0%
151-180	G	83.590	73.145	87,5%	G	70,0%
181-360	H	402.988	402.988	100,0%	H	100,0%
<b>Dezembro 2015 Total</b>		<b>2.784.456</b>	<b>644.072</b>	<b>23,1%</b>		
<b>Até 180 dias</b>		<b>2.381.468</b>	<b>241.084</b>	<b>10,1%</b>		
<b>Índice de Cobertura (Vencidos há mais de 90 dias)*</b>						<b>94,9%</b>
<b>Saldo PDD x Mínimo requerido (Bacen)</b>						<b>114,7%</b>

### \* PDD Total sobre créditos com atraso superior a 90 dias (E-H)

Conforme ilustrado, a Midway Financeira possui estoque de provisão superior ao patamar mínimo estabelecido pelo Banco Central para todas as faixas de volume de carteira (A-H). Sendo assim, a Companhia encerrou o período com saldo de PDD 14,7% acima do mínimo requerido pelo BACEN com provisão total suficiente para cobrir 94,9% dos créditos em atraso superiores a 90 dias. O estoque de provisão encerrou o período em 10,1% sobre a carteira com vencimentos até 180 dias.

EBITDA da Operação Financeira	12M15	12M14	Var. (%)
<b>Receita Bruta</b>	<b>1.459.786</b>	<b>981.106</b>	<b>48,8%</b>
Receita Financeira de Vidas c/Juros, Multa e Juros s/atrasos	966.222	655.015	47,5%
Receitas de Empréstimo Pessoal e Saque Fácil	292.323	181.650	60,9%
Receitas de Comissões sobre Prod. Financeiros	103.601	73.396	41,2%
Receitas de Comissões sobre Cartão Bandeira	97.641	71.046	37,4%
Despesas Tributárias	(79.479)	(55.450)	43,3%
<b>Receita Líquida</b>	<b>1.380.307</b>	<b>925.656</b>	<b>49,1%</b>
Custos	(190.031)	(136.456)	39,3%
Descontos em Operações de Crédito	(175.796)	(130.456)	34,8%
Despesas com tarifas das bandeiras	(14.235)	(5.999)	137,3%
<b>Lucro Bruto</b>	<b>1.190.276</b>		



**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015** - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**h) Vida útil do imobilizado**

A depreciação do imobilizado é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

**4. Gestão de risco financeiro**

**4.1. Fatores de risco financeiro**

As atividades do Grupo o expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global do Grupo concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo. A gestão de risco é realizada pela tesouraria central do Grupo, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A Tesouraria do Grupo identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais do Grupo. O Conselho de Administração estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

**(a) Risco de mercado**

**(i) Risco cambial:** O risco cambial da Companhia provém, basicamente, da importação de produtos para revenda. Para as operações em moeda estrangeira relacionadas com o seu ciclo operacional, a Companhia não adota nenhum mecanismo de proteção a possíveis variações cambiais considerando: (i) curto prazo de pagamento que, em média, é de 60 dias; e (ii) baixo volume de importação, onde uma maior valorização do dólar norte-americano significaria uma redução das margens desses produtos. A investida Lojas Riachuelo quitou os dois empréstimos em moeda estrangeira que venceram em 2015 e adquiriu novos empréstimos em moeda estrangeira para fins de capital de giro. Para proteger as exposições cambiais relacionadas a esses empréstimos em moeda estrangeira a Companhia contratou operações com instrumentos financeiros derivativos do tipo "Swap", conforme descrito na Nota 12. A análise de sensibilidade requerida Instrução CVM nº 475/08 foi determinada com base na exposição a variações de cotação no dólar norte-americano convertidos a relações projetadas para o exercício 2016, com base nos relatórios de inflação divulgados pelo Banco Central do Brasil. Em cotações aos cenários foram utilizadas as mesmas premissas da gestão de risco da taxa de juros acima mencionada. A Administração da Companhia não considera a possibilidade de variações significativas nas taxas de câmbio.

Taxa US\$.....	Cenários negativos			Cenários positivos		
	Remoto I (-50%)	Possível I (-25%)	Cenário Provável	Possível II (+25%)	Remoto II (+50%)	Remoto II (+50%)
2,10	3,15	4,20	5,25	6,30	6,30	
<b>Consolidado</b>						
Operação	Cenários negativos			Cenários positivos		
	Moeda	Cenário contábil (-50%)	Possível I (-25%)	Cenário Provável	Possível II (+25%)	Remoto II (+50%)
Ativos						
Instrumentos financeiros Derivativos	3,95	63.528	(29.754)	(12.866)	4.021	20.908
Passivos:						
Fornecedores - Estrangeiros.....	3,95	159.820	(74.852)	(32.369)	10.115	52.599
Empréstimos e financiamentos.....	3,95	597.269	(279.743)	(120.970)	37.803	196.576
Resultado:						
Variação cambial ativa.....			(354.595)	(153.339)	4.021	20.908
Impacto cambial passiva.....			(29.754)	(12.866)	47.918	249.175
Impacto no Resultado.....			(384.349)	(166.205)	51.939	270.083

**(ii) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros:** A Companhia e suas controladas diretas e indiretas podem incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentam as despesas financeiras relativas aos passivos financeiros praticados, captados junto ao mercado. Em relação às aplicações financeiras mantidas pela Companhia e suas controladas diretas e indiretas, as mesmas possuem condições de contratação atuais semelhantes àquelas em que as mesmas se originaram e, portanto, os valores registrados estão próximos aos valores de mercado. Essas aplicações financeiras foram consideradas como equivalentes de caixa e também como títulos e valores mobiliários, sendo neste caso classificadas como ativos financeiros disponíveis para venda. A análise de sensibilidade foi desenvolvida conforme Instrução CVM nº 475/08, considerando a exposição à variação da TJLP, principal indexador dos empréstimos contratados pela Companhia e pelas aplicações financeiras. Na elaboração dessa análise, a Companhia adotou as seguintes premissas: • Identificação dos riscos de mercado; • Definição do cenário provável do comportamento de risco (Cenário II); • Definição de dois cenários com deterioração de, pelo menos, 25% e 50% na variação de risco (Cenário II e Cenário III, respectivamente); • Apresentação do impacto dos cenários definidos. A Companhia mantém parte substancial de equivalente de caixa e títulos e valores mobiliários indexados a variação do CDI. A expectativa de mercado, conforme obtidos do relatório de inflação do Banco Central do Brasil, emitido em dezembro de 2015, indica uma taxa efetiva da SELIC em 15,08%, cenário provável para 2016.

Operação	Risco	Taxa Projetada	Cenários negativos			Cenários positivos		
			Cenário contábil (-50%)	Possível I (-25%)	Cenário Provável	Possível II (+25%)	Remoto II (+50%)	Remoto II (+50%)
Ativos:								
Títulos e valores mobiliários.....	CDI	13,24%	288.206	4.550	6.825	9.100	11.374	13.649
Títulos e valores mobiliários.....	SELIC	15,30%	222.135	4.024	6.036	8.049	10.061	12.073
Total.....			510.341	8.574	12.861	17.148	21.435	25.722
Passivos:								
Empréstimos - TJLP.....	TJLP	9,38%	463.522	5.253	7.880	10.507	13.134	15.760
Empréstimos - CDI.....	CDI	13,24%	259.164	4.091	6.137	8.183	10.228	12.274
Financiamento de ativo fixo (*).....		4,50%	4.343	24	36	48	60	72
Financiamento de ativo fixo (*).....		5,00%	941	6	9	12	14	17
Financiamento de ativo fixo (*).....		5,50%	12.128	82	123	163	204	245
Financiamento de ativo fixo (*).....		3,00%	43.092	160	240	320	400	479
Financiamento de ativo fixo (*).....		3,50%	33.555	145	217	290	362	435
Financiamento de ativo fixo (*).....		4,00%	3.737	18	28	37	46	55
Outros empréstimos e financiamentos.....		2,90%	306	1	2	2	3	3
Total.....			820.788	9.780	14.671	19.561	24.451	29.340

(\*) Operações pré-fixadas não sujeitas a variações de índices

Operação	Receitas de aplicações financeiras.....	Despesa de juros sobre empréstimos e financiamentos.....	Impacto no Resultado.....	Cenários negativos			Cenários positivos		
				Cenário contábil (-50%)	Possível I (-25%)	Cenário Provável	Possível II (+25%)	Remoto II (+50%)	Remoto II (+50%)
Receitas de aplicações financeiras.....	8.574	12.861	17.148	21.435	25.722				
Despesa de juros sobre empréstimos e financiamentos.....	(9.780)	(14.671)	(19.561)	(24.451)	(29.340)				
Impacto no Resultado.....	(1.206)	(1.810)	(2.413)	(3.016)	(3.618)				

**(b) Risco de crédito**

As atividades da Companhia compreendem a comercialização de confecções em geral, os artigos de uso pessoal e quaisquer outros correlatos. O principal fator de risco de mercado que afeta o negócio é a concessão de crédito aos clientes. Para minimizar as possíveis perdas com inadimplência de seus clientes, a Companhia e sua controlada indireta Midway Financeira adotam uma política de gestão rigorosa na concessão de crédito, consistindo em análises criteriosas do perfil dos clientes, bem como monitoramento tempestivo dos saldos a receber. A Midway Financeira, que detém os saldos a receber de clientes, apresenta saldo de provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$ 644.072 (R\$ 359.802 em 31 de dezembro de 2014), para cobrir os riscos de crédito. A controlada Midway Shopping Center Ltda. constitui uma provisão para as prováveis perdas nas cobranças de aluguéis das lojas com vencimentos superiores à 90 dias no valor de R\$ 793 (R\$ 492 em 31 de dezembro de 2014). Todos os inadimplentes acima de 90 dias, cujas as negociações amigáveis foram concluídas, estão sendo cobrados através de ações judiciais com os riscos de despejos. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado.

**(c) Risco de liquidez**

A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Em virtude da dinâmica de seus negócios, a Companhia e sua controlada indireta Midway Financeira mantêm flexibilidade na captação de recursos, mediante manutenção de linhas de crédito bancárias, com algumas instituições. A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros contratados:

Operação	Valor Contábil	Controladora					Total
		Até 1 ano	2 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos		
Fornecedores e Financiamentos.....	37.489	37.489	-	-	-	-	37.489
Empréstimos e Financiamentos.....	13.076	5.529	4.140	5.107	-	-	14.776
	50.565	43.018	4.140	5.107	-	-	52.265
Operação	Valor Contábil	Consolidado					Total
		Até 1 ano	2 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos		
Fornecedores.....	502.447	502.447	-	-	-	-	502.447
Empréstimos e Financiamentos.....	1.418.077	867.926	362.671	267.417	20.154	1.518.168	2.020.615
	1.920.524	1.370.373	362.671	267.417	20.154	2.020.615	

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade do Grupo, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

**(d) Linhas de financiamento**

	Consolidado	
	2015	2014
Saldos bancários a descoberto assegurado:		
Utilizado.....	1.696.698	508.091
Não utilizado.....	778.666	1.205.489
Saldos do BNDES a descoberto assegurado:		
Utilizado.....	1.011.941	978.827
Não utilizado.....	525.080	558.195

**4.2. Gestão de capital**

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura de capital do Grupo, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Confrontado com outras companhias do setor, o Grupo mantém o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida. Em 2015, na estratégia do Grupo em ampliar o número de lojas, com a inauguração de 28 novas lojas (45 em 2014), aumentou em relação à de 2014, o índice de alavancagem financeira que passou de 12% para 20%. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 podem ser assim sumarizados:

	Consolidado	
	2015	2014
Total dos empréstimos e financiamentos (Nota 20).....	1.418.077	1.002.858
Menos: Caixa e equivalentes de caixa (Nota 10).....	(367.355)	(358.993)
Menos: Títulos e valores mobiliários (Nota 11).....	(222.135)	(196.122)
Dívida líquida.....	828.587	447.743
Total do patrimônio líquido.....	3.390.108	3.175.773
Total do capital.....	4.218.695	3.623.516
Índice de alavancagem financeira - %.....	20	12

O capital não é administrado no nível da Controladora, somente no nível consolidado.

**4.3. Estimativa de valor justo**

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (impairment) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos. Os instrumentos financeiros foram contabilizados ao valor justo de acordo com o método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como segue: • Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (Nível 1); • Informações, além dos preços cotados incluídas no nível 1, que são observáveis pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (Nível 2); • Informações para os ativos ou passivos que não são baseadas em dados observáveis pelo mercado (ou seja, premissas não observáveis) (Nível 3). Os títulos e valores mobiliários foram considerados do nível 1 e o valor justo relacionado a eles foi apurado com base nas taxas médias divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) para instrumentos similares.

Letras Financeiras do Tesouro (LFT).....	Consolidado - 2015					IRPJ e CSLL líquido (*)	Ajuste a mercado líquido (*)
	Até 3 meses	De 1 a 3 anos	De 5 a 15 anos	Valor Total Atualizado	Ajuste a mercado		
74.041	74.043	74.051	222.135	222.159	(24)	10	(14)
Consolidado - 2014							
Letras Financeiras do Tesouro (LFT).....	65.373	130.749	-	196.122	196.171	(49)	20
Variação no exercício de 2015.....							15

(\*) O ajuste a valor de mercado está registrado na rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial" no patrimônio líquido, líquido dos respectivos impostos. Os derivativos foram considerados de nível 2 e o valor justo relacionado a eles foi apurado com base em modelos de precificação consolidados para instrumentos financeiros dessa natureza e foram estimados em R\$ 63.528 em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 6.057 em 31 de dezembro de 2014).

**Seção C - Informação por segmento**

**5. Apresentação de informações por segmentos**

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria-Executiva representada pelo Diretor Presidente, também responsável pela tomada das decisões estratégicas do Grupo. Os ramos mais significativos que o Grupo usa para as tomadas de decisões são o Varejo e Financeira, conforme descrito a seguir.

**Informações por segmento de negócios:** O Grupo está amparado nos segmentos denominados "Varejo" e "Financeira", através de relatórios e controles internos gerenciais, com informações segregadas sobre receitas, despesas e investimentos. Os relatórios são revisados periodicamente pelo Conselho de Administração para avaliação de desempenho e tomada de decisão sobre alocação de recursos e/ou investimentos. O segmento "Varejo" corresponde ao negócio de revenda de mercadorias realizada pela rede de lojas nas principais cidades do País. O segmento "Financeiro" corresponde às operações de crédito ao consumidor, concedidas por meio do cartão "Riachuelo". O segmento "Outros" corresponde à operação fabril, transportes e locação.

**(a) Ativos e passivos**

	2015				
	Varejo	Financeira	Outros	Eliminações	Consolidado
Ativo					
Ativo circulante.....	2.170.033	2.824.374	746.373	(1.608.993)	4.131.787
Ativo não circulante.....	2.814.552	174.835	4.236.111	(4.324.540)	2.901.048
Total do ativo.....	4.984.585	2.999.209	4.982.484	(5.933.443)	7.032.835
Passivo					
Passivo circulante.....	1.766.011	2.102.818	405.396	(1.558.671)	2.715.554
Passivo não circulante.....	678.094	9.346	239.743	-	927.173
Total do passivo.....	2.444.095	2.112.164	645.139	(1.558.671)	3.642.727
Patrimônio líquido.....	2.540.490	887.045	4.337.345	(4.374.772)	3.390.108
Total de passivo e patrimônio líquido.....	4.984.585	2.999.209	4.982.484	(5.933.443)	7.032.835

	2014				
	Varejo	Financeira	Outros	Eliminações	Consolidado
Ativo					
Ativo circulante.....	2.074.184	2.387.156	597.689	(1.495.423)	3.563.606
Ativo não circulante.....	2.208.200	80.775	3.944.775	(3.856.092)	2.377.658
Total do ativo.....	4.282.384	2.467.931	4.542.464	(5.351.515)	5.941.264
Passivo					
Passivo circulante.....	1.143.088	1.741.199	195.783	(1.436.769)	1.643.301
Passivo não circulante.....	882.561	5.615	234.014	-	1.122.190
Total do passivo.....	2.025.649	1.746.814	429.797	(1.436.769)	2.765.491
Patrimônio líquido.....	2.256.735	721.117	4.112.667	(3.914.746)	3.175.773
Total de passivo e patrimônio líquido.....	4.282.384	2.467.931	4.542.464	(5.351.515)	5.941.264

**(b) Resultados**

	2015				
	Varejo	Financeira	Outros (*)	Eliminações	Consolidado
Receita líquida.....	4.073.907	1.380.307	1.128.762	(1.075.670)	5.507.306
Custo dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos.....	(2.374.192)	(190.031)	(686.326)	1.069.417	(2.181.132)
Lucro bruto.....	1.699.715	1.190.276	442.436	(6.253)	3.326.174
Despesas com vendas.....	(1.720.511)	(580.899)	(10.183)	1.945	(2.309.648)
Despesas gerais e administrativas.....	(274.986)	(308.013)	(59.963)	87.622	(555.340)
Honorários.....	(5.610)	(2.347)	(4.979)	-	(12.936)
Outras receitas operacionais, líquidas.....	29.339	38.831	39.746	(82.113)	25.803
Resultado de equivalência patrimonial.....	207.633	-	244.372	(452.005)	-
Despesas operacionais.....	(11.764.135)	(852.428)	208.993	(444.551)	(2.852.121)
Lucro operacional.....	(64.420)	337.848	651.429	(450.804)	474.053
Receitas financeiras.....	181.796	52.931	21.301	(43.743)	212.285
Despesas financeiras.....	(247.454)	(70.892)	(32.396)	43.705	(307.047)
Resultado financeiro.....	(65.658)	(17.961)	(11.095)	(38)	(94.762)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social.....	(130.088)	319.887	640.334	(450.842)	379.291

	2014				
--	------	--	--	--	--

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015** - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**II - Cartões de créditos e outros**

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
A vencer há mais de 180 dias	-	-	137.977	133.766
A vencer de 91 e 180 dias	142	-	378.950	336.353
A vencer de 61 e 90 dias	112	522	279.396	246.124
A vencer de 31 e 60 dias	198	54	412.557	345.669
A vencer até 30 dias	81	121	2.220.921	1.027.074
Total a vencer	533	697	2.429.801	2.088.986
Vencidos até 30 dias	25	259	50.232	34.098
Vencidos de 31 e 60 dias	371	4	67.648	40.288
Vencidos de 61 e 90 dias	6	6	69.003	31.835
Vencidos de 91 e 180 dias	1.015	6	213.877	71.060
Vencidos há mais de 180 dias	1.053	188	312.957	197.305
Total Vencido	2.470	463	713.717	374.316
Total	3.003	1.160	3.143.518	2.463.302

**14. Estoques**

**(a) Composição do saldo**

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Produtos acabados e mercadorias para revenda	7.382	7.329	512.286	475.905
Produtos em elaboração	20.886	14.211	20.886	14.211
Matérias-primas	75.407	68.755	75.407	68.755
Matérias secundárias e outros	51.519	62.388	65.865	83.435
Importação em andamento	9.179	22.826	82.923	143.578
Matérias em trânsito	552	45	552	45
Provisão para perdas de inventário	-	-	(13.031)	(11.884)
Total	164.925	175.554	744.889	774.051

**(b) Movimentação da Provisão para perdas de inventário**

	Consolidado	
	2015	2014
Saldo em 31 de dezembro de 2013	-	(8.773)
Constituições	-	(13.020)
Reversões	-	9.949
Saldo em 31 de dezembro de 2014	-	(11.844)
Constituições	-	(9.183)
Reversões	-	7.997
Saldo em 31 de dezembro de 2015	-	(13.031)

O custo dos estoques reconhecido no resultado durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 totalizou R\$ 674.058 (R\$ 649.248 em 2014) na controladora e R\$ 2.181.132 (R\$ 1.824.128 em 2014) no consolidado.

**15. Tributos a recuperar**

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2015	2014	2015	2014
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS - Ativo Imobilizado	(a)	731	779	735	8.196
ICMS a recuperar	(b)	-	-	66.382	44.118
Imposto de Renda	(c)	4.688	2.069	99.767	52.558
Contribuição Social	(d)	3.716	642	30.206	16.966
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS a compensar	(e)	-	-	67.342	59.104
INSS a recuperar	(f)	-	-	7.202	6.011
Imposto Produtos Industrializados - IPI	(g)	641	416	641	416
Outros	-	3	-	27.766	146
Total	-	9.779	3.906	300.041	187.108
Circulante	-	9.289	3.249	293.522	99.730
Não Circulante	-	490	657	113.048	87.378

(a) Representa os valores de créditos de ICMS proferida pela Lei Complementar no 102/2000 referente a compra de ativo imobilizado, a serem apropriadas na apuração do ICMS no razão 1/48 anos. (b) Créditos de ICMS a serem recuperados na apuração do mês seguinte. O aumento nos créditos de ICMS no consolidado foi decorrente da elevação do volume de compras da controladora Lojas Riachuelo na formação do estoque, para o evento "Moda casa". (c) Imposto de renda sobre aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários e saldo de imposto de renda pago antecipadamente, a serem compensados durante o exercício de 2016. (d) Saldo de contribuição social pago antecipadamente, a serem compensados durante o exercício de 2016. (e) PIS e COFINS referente a compra de equipamentos na Controladora que são aproveitados, conforme art. 4, Inciso XII da lei nº 12.546/2011. No consolidado, o aumento deve-se à formação do estoque, para o evento "Moda casa" e pelo reconhecimento do PIS e COFINS nas aquisições de imobilizado pela controladora Lojas Riachuelo. (f) Contribuição ao INSS da Controladora Lojas Riachuelo S.A. a compensar (g) Créditos de IPI a compensar oriundos da compra de matérias-primas e insumos pela controladora, que a cada trimestre são compensados através do recolhimento dos tributos federais via PERDCOMP, principalmente relacionados ao PIS e a COFINS.

**16. Propriedade para investimento**

**(a) Composição do saldo**

A propriedade para investimento corresponde ao empreendimento Midway Mall e foi inicialmente mensurada pelo seu custo e a Administração da Companhia decidiu manter este método de avaliação, por refletir seu negócio de forma mais apropriada.

	Vida útil estimada (em anos)	Consolidado	
		2015	2014
Propriedade para investimento construída	40	281.292	199.094
Taxa média ponderada dos itens sendo mais significativa a propriedade para investimento cuja vida útil é de 47 anos está suportada por laudo de avaliação de especialistas.	-	82.198	206.296

**(b) Mapa de movimentação do saldo**

	Consolidado	
	2015	2014
Saldo inicial	-	206.296
Adições	-	1.252
Depreciações	(7.202)	(7.091)
Baixas	-	-
Saldo final	199.094	206.296

A despeza com depreciação no montante de R\$ 7.202 (R\$ 7.091 em 2014), encontra-se registrada como despesas gerais e administrativas.

Os principais valores reconhecidos no resultado do ICMS em relação às propriedades para investimentos estão a seguir:

Descrição	2015		2014	
	Receitas	Despesas	Receitas	Despesas
Receitas	61.703	(8.390)	57.079	(13.560)
Despesas operacionais	-	53.313	-	43.519
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	-	(8.770)	-	(6.775)
Despesa do imposto de renda e da contribuição social	-	44.543	-	36.744
Lucro (Prejuízo) líquido	-	42.317	-	34.907

Dividendos/Lucros de controladas

A propriedade para investimento está livre de quaisquer restrições quanto à possibilidade de alienação. Os encargos financeiros incorridos sobre financiamentos não considerados relevantes para serem incluídos no custo de aquisição dos itens de propriedade de investimento.

**(c) Metodologia para determinação do valor justo**

A avaliação da propriedade para investimento foi preparada de acordo com os dados divulgados pela Morning Star Inc. sediada nos Estados Unidos, bem como valores projeções e taxas divulgadas pelo Banco Central do Brasil. A metodologia adotada para determinar o valor de mercado (valor justo) da propriedade para investimento envolveu a elaboração de premissas relacionadas a projeções de ganhos e perdas para 10 anos da propriedade para investimento, adicionadas ao valor residual, que corresponde a uma perpetuidade calculada com base nos ganhos líquidos do último ano projetado com alguns ajustes no fluxo de caixa e uma taxa de crescimento. Essas projeções são descontadas para a data base da avaliação a uma taxa de desconto correspondente ao retorno mínimo esperado para um ativo de risco semelhante. As projeções não são previsões do futuro, mas apenas refletem a melhor estimativa do avaliador quanto à atual visão do mercado relativamente às receitas e aos custos futuros de cada propriedade. A taxa de rentabilidade projetada segue uma razoabilidade de performance de mercado atrelada aos resultados recentes da operação. As projeções foram realizadas de forma nominal, ou seja, os efeitos inflacionários foram considerados, sendo utilizado como indicador de reajuste dos preços o IGP-DI, tendo como base as projeções oficiais obtidas no website do Banco Central do Brasil. Tais projeções refletem a melhor estimativa da Administração quanto à atual visão do mercado relativamente às receitas e aos custos futuros da propriedade. Após realização do estudo econômico-financeiro, foi determinado um valor justo no montante de R\$ 743.207 para a data de 31 de dezembro de 2015 (R\$ 695.885 em 31 de dezembro de 2014).

**17. Imobilizado**

**(a) Composição do saldo**

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Terrenos	217.976	217.976	217.976	217.976
Edifícios	25	241.984	(111.795)	130.189
Obras em andamento	454	-	454	454
Total	460.414	(111.795)	348.619	354.674

**17.1. Imóveis Comerciais**

**(a) Composição do saldo**

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Terrenos	217.976	217.976	217.976	217.976
Edifícios	25	241.984	(111.795)	130.189
Obras em andamento	454	-	454	454
Total	460.414	(111.795)	348.619	354.674

**(b) Mapa de movimentação do saldo**

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Saldo em 31 de dezembro de 2013	215.203	241.984	524	457.711
Adições	-	-	2.703	2.703
Transferências	-	-	(2.773)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014	217.976	241.984	454	460.414
Saldos em 31 de dezembro de 2015	217.976	241.984	454	460.414

**Custo**

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Saldos em 31 de dezembro de 2013	-	(99.679)	-	(99.679)
Adições	-	(6.058)	-	(6.058)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	-	(105.737)	-	(105.737)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	-	(111.795)	-	(111.795)

**Saldos líquidos em:**

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
31 de dezembro de 2014	217.976	136.247	454	354.677
31 de dezembro de 2015	217.976	130.189	454	348.619

**17.2. Imobilizado para uso**

**(a) Composição do saldo**

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Saldo em 31 de dezembro de 2013	215.203	241.984	524	457.711
Adições	-	-	2.703	2.703
Transferências	-	-	(2.773)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014	217.976	241.984	454	460.414
Saldos em 31 de dezembro de 2015	217.976	241.984	454	460.414

**Custo**

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Saldos em 31 de dezembro de 2013	-	(99.679)	-	(99.679)
Adições	-	(6.058)	-	(6.058)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	-	(105.737)	-	(105.737)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	-	(111.795)	-	(111.795)

**Saldos líquidos em:**

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
31 de dezembro de 2014	217.976	136.247	454	354.677
31 de dezembro de 2015	217.976	130.189	454	348.619

**(\*)** Do custo de Móveis e utensílios da controladora no valor de R\$ 38.179 (R\$ 36.775 em 2014), possui a vida útil estimada de 5 anos e R\$ 25.861 (R\$ 25.861 em 2014), de 10 anos.

**(b) Mapa de movimentação do saldo**

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Saldo em 31 de dezembro de 2013	112.405	253.156	33.006	34.504
Adições	-	13.758	608	2.395
Baixas	2	(1.774)	(102)	(251)
Transferências	1.535	690	1.570	127
Saldos em 31 de dezembro de 2014	113.942	265.830	35.082	36.775
Adições	-	3.950	330	1.881
Baixas	-	(2.389)	(86)	(344)
Transferências	-	1.292	624	83
Saldos em 31 de dezembro de 2015	113.942	275.003	36.036	38.179

**Depreciação acumulada**

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Saldo em 31 de dezembro de 2013	(42.001)	(122.548)	(17.112)	(21.939)
Despesa de depreciação	(3.904)	(12.067)	(991)	(2.946)
Baixas	-	1.648	102	254
Transferências	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014	(45.905)	(132.967)	(18.001)	(24.631)
Despesa de depreciação	(3.919)	(12.285)	(760)	(1.606)
Baixas	-	1.863	-	335
Transferências	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	(49.824)	(143.389)	(18.761)	(27.174)

**Saldos líquidos em:**

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
31 de dezembro de 2014	68.037	132.863	17.081	12.144
31 de dezembro de 2015	64.118	131.614	17.275	11.005

**Custo**

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Saldos em 31 de dezembro de 2013	112.405	852.263	253.156	493.657
Adições	9.053	93.004	13.758	608
Baixas	-	(2.519)	(1.774)	(341)
Transferências	1.535	137.640	690	1.570
Saldos em 31 de dezembro de 2014	122.993	1.080.388	265.830	495.494
Adições	7.206	97.148	3.951	330
Baixas	-	(5.101)	(2.140)	(551)
Transferências	-	103.485	7.362	624
Saldos em 31 de dezembro de 2015	130.199	1.275.920	275.003	496.448

**Depreciação acumulada**

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Saldo em 31 de dezembro de 2013	(42.001)	(235.815)	(122.547)	(304.039)
Despesa de depreciação	(4.025)			

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015** - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Provisionado	Provisão	Depósito Judicial	Consolidado	Líquido
Processo 2007.84.00.001176-6 PIS/COFINS sobre o ICMS.....	90.017	(89.652)	365	-
INCRNA/INSS.....	4.358	(2.316)	2.042	-
Salário-Educação.....	1.390	-	1.390	-
PIS/COFINS - Créditos.....	78.179	-	78.179	-
Processos de natureza trabalhista e cível.....	21.696	-	21.696	-
Total em 31 de dezembro de 2014.....	195.640	(91.968)	103.672	-

**(e.2.3) Processos possíveis não provisionados:** A controlada Lojas Riachuelo possui em 31 de Dezembro de 2015 processos tributários no montante de R\$ 189.861 (R\$ 121.853 em 31 de dezembro de 2014), para os quais seus assessores jurídicos classificam a possibilidade de perda como possível; portanto, não há provisão constituída, conforme determinam as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais IFRS. Os principais processos estão descritos a seguir: • PIS - Auto de infração sobre compensação indevida (período de 1989 a maio de 1992) Refere-se ao auto de infração lavrado pela Secretaria da Receita Federal - SRF, tendo como objetivo a realização de compensação de valores de PIS indevidamente calculados sem consideração da base de cálculo semestral no período de 1989 a maio de 1992, cujo valor exigido com aplicação de multa e juros monta a R\$ 2.956 (R\$ 2.617 em 31 de dezembro de 2014). A Lojas Riachuelo realizou a compensação com base em decisão favorável transitada em julgado no processo judicial nº 92.0066185-8, que reconheceu definitivamente direito ao crédito, razão pela qual interps recurso administrativo que depende de decisão. Esse encargo não foi provisionado tendo em vista a legitimidade do crédito reconhecido em favor da controlada, conforme decisão judicial e avaliação de probabilidade de perda possível realizada pelos assessores jurídicos da Lojas Riachuelo. • PIS - Auto de infração sobre compensação indevida (período de junho de 1992 a janeiro de 1995) A Secretaria da Receita Federal do Brasil - SRF lavrou auto de infração em virtude da realização de compensação de valores de PIS indevidamente calculados sem consideração da base de cálculo semestral a partir de junho de 1992 até janeiro de 1995, cujo valor exigido com aplicação de multa e juros monta a R\$ 21.731 (R\$ 19.226 em 31 de dezembro de 2014) e encontra-se suspenso em virtude de recurso administrativo. A controlada Lojas Riachuelo realizou a compensação na via administrativa com base em decisão favorável transitada em julgado no processo judicial nº 92.0055201-3, que reconheceu definitivamente direito ao crédito, inclusive com aceite da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGRN nos autos, razão pela qual decidiu não provisionar esse encargo tendo em vista a legitimidade do crédito reconhecido em favor da Lojas Riachuelo, conforme decisão judicial e avaliação de probabilidade de perda possível realizada pelos assessores jurídicos da Lojas Riachuelo S.A. • PIS - auto de infração base de cálculo indevida: Tramitava na esfera administrativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil - SRF, auto de infração, lavrado por aquele órgão, tendo como objeto a realização de compensação de valores relativos ao PIS indevidamente calculados e recolhidos com a inclusão das receitas financeiras na base de cálculo, cujo valor exigido com a aplicação de multa e juros de mora monta a R\$ 7.414 (R\$ 6.560 em 31 de dezembro de 2014). Atualmente, essa fase administrativa encontra-se encerrada, passando o questionamento para o Judiciário através da execução fiscal nº 0014723-34.2010.403.6182 devidamente garantida por carta de fiança bancária e suspensa pela interposição de Embargos à Execução nº 0026003-02.2010.403.6182. A controlada Lojas Riachuelo realizou a compensação com base em decisão favorável transitada em julgado no processo judicial nº 88.0038981-4, que reconheceu definitivamente o direito ao crédito em virtude da declaração de inconstitucionalidade dos Decretos-Leis nº 2445/88 e nº 2449/88, razão pela qual se decidiu não provisionar esse encargo, tendo em vista que essa arrecadação foi declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal - STF, com avaliação de probabilidade de perda possível realizada pelos assessores jurídicos da Lojas Riachuelo S.A. • PIS / COFINS - Auto de Infração - glosa de créditos: A controlada Lojas Riachuelo S.A. realizou a tomada de créditos de PIS e COFINS sob o regime não-cumulativo de apuração, os quais foram glosados pela Secretaria da Receita Federal - SRF mediante a lavratura de auto de infração nº 19515.72081/2013-19, cujo valor exigido com a aplicação de multa e juros de mora monta a R\$ 41.501 (R\$ 36.716 em 31 de dezembro de 2014). Houve decisão de parcial procedência do auto de infração, seguida da interposição de recurso administrativo por parte da empresa e que se encontra pendente de julgamento. Não houve constituição de provisão tendo em vista a avaliação de probabilidade de perda possível realizada pelos assessores jurídicos da Lojas Riachuelo S.A. • PIS/COFINS/II - Importação: A Secretaria da Receita Federal do Brasil - SRF lavrou auto de infração para a controlada Lojas Riachuelo S.A. em virtude de suposta divergência na base de cálculo do PIS, da COFINS e do Imposto de Importação nas operações de importações e cujo valor exigido com a aplicação de juros e mora monta a R\$ 26.957 (R\$ 23.850 em 31 de dezembro de 2014). A discussão está na fase administrativa e não houve constituição de provisão tendo em vista a avaliação de probabilidade de perda possível realizada pelos assessores jurídicos da Lojas Riachuelo S.A. • ICMS - base de cálculo: A Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia - SEFAZ BA lavrou auto de infração para a controlada Lojas Riachuelo em virtude de suposta divergência na base de cálculo do ICMS nas operações de transferências entre Centro de Distribuição e Filiais, cujo valor exigido com aplicação de juros e penalidades monta a R\$ 6.741. A discussão está na fase administrativa e não houve constituição de provisão tendo em vista a avaliação de probabilidade de perda possível realizada pelos assessores jurídicos da controlada. • Refis - Lei Federal nº 11.941/09: A Controlada Lojas Riachuelo S.A., apoiada no parecer de seus assessores jurídicos, aderiu em dezembro de 2013 ao programa "REFIS da Crise", instituído pelas Leis 11.941/09 e 12.865/13, efetando o parcelamento do crédito tributário no montante total de R\$ 22.543 em 60 (sessenta) meses, de débitos Federais no montante total de R\$ 22.543 (R\$ 25.059 em 31 de dezembro de 2014), obrigação esta que vem cumprindo desde a data da adesão.

**(d) Depósitos judiciais e outros**

**(d.1) Composição do saldo:** Os tributos e as obrigações trabalhistas discutidos nas esferas administrativas e judiciais garantidos por depósitos judiciais são demonstrados como segue:

	2015	2014	2015	2014
ICMS - Execução fiscal (*).....	-	-	5.596	5.596
Fiscal/INSS.....	807	807	1.381	1.381
Cível/Trabalhista.....	3.990	3.265	6.526	5.031
Outros (**).....	563	563	1.532	1.098
Total.....	5.360	4.635	15.033	13.106

(\*) ICMS - Execução fiscal: tendo por exequente a Fazenda do Estado Rio de Janeiro. Em setembro de 2009, foi ajuizada execução fiscal contra Lojas Riachuelo que tramita perante a 11ª Vara da Fazenda Pública daquele Estado sob o no 2009.001.22873-0. Através da referida execução fiscal, o Estado Estadual executa um montante de R\$ 5.596, originado através da modalidade de arbitramento administrativo dos valores relativos às operações tributadas realizadas no exercício de 2004 pela controlada Lojas Riachuelo no Estado do Rio de Janeiro, com a inserção de um percentual de 70% sobre as saídas de mercadorias promovidas pelo estabelecimento. Discordando do entendimento do Fisco Estadual e uma vez garantido o Juízo através de depósito integral do montante executado, depósito este realizado em dezembro de 2009, a controlada apresentou embargos à execução fiscal que representaram a suspensão do curso da execução e remessa dos autos para julgamento do mérito em primeira instância judicial. A controlada, apoiada pelos seus assessores jurídicos internos, decidiu não provisionar esse encargo tendo em vista que a probabilidade de perda desse processo foi avaliada como possível. (\*\*) No item "Outros" de 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, está incluso o valor de R\$ 434, referente a empréstimos compulsórios.

**(d.2) Mapa de movimentação do saldo**

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2013.....	3.890	11.713
Depósitos.....	2.553	3.249
Baixa de depósito.....	(1.808)	(1.856)
Saldo em 31 de dezembro de 2014.....	4.635	13.106
Depósitos.....	2.344	3.730
Baixa de depósito.....	(1.619)	(1.801)
Saldo em 31 de dezembro de 2015.....	5.360	15.035

**24. Imposto de renda e contribuição social**

**Impostos diferidos**  
O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social (20% para a Midway Financeira). O efeito dos impostos diferidos ativos e passivos está apresentado como segue:

	2015	2014	2015	2014
Imposto de renda sobre prejuízo fiscal.....	-	-	117.503	23.197
Contribuição social sobre base negativa.....	-	-	42.301	8.333
Total.....	-	-	159.804	31.530

	2015	2014	2015	2014
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias:				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	-	-	166.457	75.590
Provisão para contingências e impostos a recolher.....	35.646	32.063	71.706	68.183
Custo atribuído.....	(78.425)	(80.306)	(98.676)	(97.024)
Outras provisões temporárias.....	-	-	20.543	28.285
Total.....	(42.779)	(48.243)	319.834	106.564
Ativo não circulante.....	-	-	382.863	171.525
Passivo não circulante.....	(42.779)	(48.243)	(63.030)	(64.961)
Total.....	(42.779)	(48.243)	319.833	106.564

**Imposto de renda e contribuição social diferidos - Ativo**

	2015	2014	2015	2014
Imposto de renda e contribuição social sobre prejuízos fiscais.....	-	-	159.804	31.530
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	-	-	166.457	75.590
Provisão para riscos trabalhistas, fiscais e civis e impostos a recolher.....	35.646	32.063	92.249	96.468
Total.....	35.646	32.063	418.510	203.589

A expectativa de realização está assim apresentada:

	2015	2014
2015.....	-	31.530
2019.....	7.776	-
2020.....	20.337	-
2021.....	38.759	-
2022.....	61.850	-
2023.....	31.082	-
Total.....	159.804	31.530

As controladas, fundamentadas na expectativa de geração de lucros tributáveis que tomou como base as projeções de rentabilidade futura e o limite de 30% do lucro tributável para compensação anual, conforme legislação vigente, registraram em suas demonstrações financeiras findo em 31 de dezembro de 2015 o ativo fiscal diferido decorrente de prejuízo fiscal. Para os impostos de rendas e contribuições sociais diferidos, referente a Provisão para créditos de liquidação duvidosas, e demais despesas com efeitos temporais, não foram realizados o escalonamento de realização tendo em vista que sua realização não tem data previstas. Nos casos de provisão para as contingências fiscais, trabalhistas e civis também a data da realização é incerta, pois depende do resultado do julgamento por parte das esferas administrativas e judiciais.

**Imposto de renda e contribuição social diferidos - Passivo**

	2015	2014	2015	2014
Imposto de renda e contribuição social diferido sobre a adoção aos IFRS e CPCs.....	78.425	80.306	98.676	97.024
Total.....	78.425	80.306	98.676	97.024

	2015	2014	2015	2014
Ajuste de avaliação patrimonial sobre a adoção aos IFRS e CPCs.....	230.662	236.194	290.224	285.365
Total.....	230.662	236.194	290.224	285.365
IR diferido à alíquota de 25%.....	57.665	59.049	72.556	71.341
CSL diferida à alíquota de 9%.....	20.760	21.257	26.120	25.683
Total.....	78.425	80.306	98.676	97.024

**Despesa com imposto de renda e contribuição social**

As despesas do imposto de renda e da contribuição social dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 estão reconhecidas às alíquotas nominais, como segue:

	2015	2014
Lucro contábil antes do IR e CS.....	377.409	509.059
Alíquota nominal do IR e CS.....	34%	34%
IR e CS às alíquotas combinadas.....	(128.319)	(173.080)

Ajustes ao lucro que afetam o resultado do exercício:

Adições (exclusões) temporárias:		
Equivalência patrimonial.....	12.491	49.429
Incentivos fiscais - IR.....	38.173	44.701
IR e CSLL sobre juros capital próprio.....	46.204	45.364
Créditos fiscais diferidos sobre as diferenças temporárias.....	3.582	6.236
Créditos fiscais diferidos sobre os efeitos da adoção dos CPCs.....	1.882	2.291
Despesas Indedutíveis.....	2.376	2.346
Tributos com exigibilidades suspensas.....	(3.583)	(6.236)
Imposto de renda e contribuição social no resultado (corrente e diferido).....	(27.194)	(28.949)
Imposto de renda e contribuição social efetivos:		
Corrente.....	(32.658)	(37.476)
Diferido.....	5.464	8.527
Total.....	(27.194)	(28.949)
Saldo apurado a pagar.....	32.658	37.476
Pagamentos antecipados.....	(31.602)	(37.393)
Imposto de renda e contribuição social a recolher anterior.....	829	746
Imposto de renda e contribuição social a recolher.....	1.885	829

	2015	2014
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social.....	379.291	602.829
Alíquota nominal - %.....	34	34
Imposto de renda e contribuição social, nominais.....	(128.959)	(204.962)
Conciliação.....		
Diferença de alíquota nominal aplicada na controlada indireta Midway Financeira.....	(22.558)	(20.746)
Diferenças temporárias:		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	(61.515)	(16.528)
Incentivos Fiscais - IR.....	38.173	44.701
IR e CSLL sobre juros do capital próprio.....	46.204	45.364
Despesas indedutíveis.....	10.269	29.579
Lucros nos estoques.....	(5.298)	(5.798)
Efeito do imposto de renda e da contribuição social sobre diferenças temporárias de exercícios anteriores.....	89.194	59.232
Créditos fiscais diferidos sobre os efeitos da adoção dos CPCs.....	5.414	5.597
Total.....	(29.076)	(122.719)

.....continuação	2015	2014
Imposto de renda e contribuição social efetivos:		
Correntes.....	(247.594)	(190.561)
Diferidos.....	218.518	67.842
Total.....	(29.076)	(122.719)
Despesas com imposto de renda e contribuição social corrente.....	247.594	190.561
Pagamentos antecipados.....	(191.735)	(134.828)
Imposto de renda e contribuição social a recolher anterior.....	145.143	89.410
Imposto de renda e contribuição social a recolher.....	201.002	145.143

A Companhia possui saldo credor de correção monetária especial, instituída pelo Artigo 2º da Lei nº 8.200/91, sujeito à tributação futura, no montante de R\$ 8.122 (em 31 de dezembro de 2014 - R\$ 8.604). Essa correção monetária foi registrada para os imóveis comerciais (Nota 14.1), e o imposto de renda é calculado e contabilizado de acordo com a realização desses bens, por depreciação ou alienação, nos termos da Instrução CVM nº 176/92. O imposto de renda e a contribuição social sobre o referido saldo no valor de R\$ 2.761 (em 31 de dezembro de 2014 - R\$ 2.925). Os créditos diferidos do imposto de renda sobre o lucro líquido, apresentados no ativo não circulante, são calculados sobre as diferenças temporárias e sobre os prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social e são contabilizados quando há expectativa provável de realização desses ativos em curto prazo, estando registrados pelas alíquotas que estão vigentes na época da sua realização. Em 14 de maio de 2014 foi publicada a Lei nº 12.973/14 que alterou o Decreto-Lei nº 1.598/77 que trata do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como altera a legislação pertinente à contribuição social sobre o lucro líquido, (ii) estabelece que a modificação ou a adoção de métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, que sejam posteriores à publicação desta MP, não terá implicação na apuração dos tributos federais até lei tributária regule a matéria; (iii) inclui tratamento específico sobre potencial tributação de lucros ou dividendos; (iv) inclui disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e inclui considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

**25. Patrimônio líquido**

**25.1. Capital social**

O capital social subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2015 e em 31 de dezembro de 2014 está representado por 62.400.000 ações nominativas escriturais, sendo 31.200.000 ações ordinárias e 31.200.000 ações preferenciais, todas sem valor nominal. Na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 14 de abril de 2015, foi autorizada a elevação do capital social da Companhia de R\$ 2.600.000 para R\$ 2.900.000, sem aumento de ações, mediante a capitalização de Reservas de Lucros no montante de R\$ 300.000 (em 27 de março de 2014, o aumento foi de R\$ 2.300.000 para R\$ 2.600.000).

	Composição com destaque dos principais acionistas	
	Escritural	Escritural
	Total	%
ACIONISTA		
NEVALDO ROCHA.....	13.086.127	20,57
LISSIANE GURGEL ROCHA.....	13.045.964	20,91
ELVIO GURGEL ROCHA.....	12.801.760	20,52
FLAVIO GURGEL ROCHA.....	12.701.759	20,35
OUTROS.....	10.764.390	17,25
TOTAL.....	62.400.000	100,00

O capital social da Companhia é dividido em: • Ações ordinárias: Cada ação ordinária dá direito a 1 (um) voto nas deliberações da Assembleia Geral. • Ações preferenciais: As ações preferenciais não têm direito a voto, mas gozam de prioridade na distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio, fixados pela Assembleia Geral dos Acionistas e no reembolso do capital, sem prêmio, em caso de liquidação da Companhia, além da vantagem de dividendos superiores às ações ordinárias em 10%, nos termos da Lei nº 10.303/01. Adicionalmente, as ações preferenciais estabelecem preferência para subscrição de ações da mesma classe, no aumento do capital social, na proporção do número de ações de cada acionista.

**25.2. Dividendos e juros sobre capital próprio**

A Administração da Companhia aprovou, em reuniões do Conselho de Administração realizadas em 11 de março de 2015, 11 de junho de 2015 e 11 de setembro de 2015, a distribuição a seus acionistas de juros sobre capital próprio, calculados com base na variação da Taxa de Juros a Longo Prazo (TJLP), no montante de R\$ 135.895, imputando-os ao valor do dividendo mínimo obrigatório. Nas demonstrações financeiras da Companhia dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, refletem somente os juros sobre o capital próprio, tendo em vista que os juros foram superiores ao cálculo dos dividendos mínimo obrigatório.

Cálculo dos juros sobre capital próprio:

	2015	2014
Patrimônio líquido do exercício anterior.....	3.175.773	2.829.123
(-) Ajuste de avaliação patrimonial.....	(155.940)	(160.387)
Patrimônio líquido ajustado para o cálculo da JCP.....	3.019.833	2.668.736
Taxa de Juros a Longo Prazo - TJLP.....	4,90%	5,00%
Juros sobre capital próprio bruto.....	135.895	133.424
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF.....	(19.412)	(18.787)
Juros sobre capital próprio líquido a pagar.....	116.483	114.637
Juros sobre capital próprio bruto por ação.....	2,074	2,0364
Ações ordinárias - ON.....	2,2815	2,2400
Ações Preferenciais - PN.....	-	-

Demonstrativo dos cálculos dos dividendos sobre os resultados apurados em 2015 e 2014:

	2015	2014
Lucro líquido do exercício.....	350.215	480.110
Incentivo fiscal do imposto de renda.....	(38.173)	(44.701)
Constituição de reserva legal.....	(15.802)	(21.770)
Base de cálculo do dividendo.....	296.440	413.639
Dividendo mínimo obrigatório.....	74.110	103.410
Dividendo adicional proposto.....	-	-
Dividendo proposto.....	74.110	103.410
Percentual sobre a base de cálculo - %.....	25,00	25,00

	Quantidade de ações	2015	2014
Total de dividendos por tipo de ação:			
Ordinária.....	31.200.000	35.290	49.243
Preferencial.....	31.200.000	38.820	54.167

## GUARARAPES CONFECCOES S.A E CONTROLADAS

Rodovia RN 160Km 3, s/n Bloco A 1 andar - Distrito Industrial - Natal-RN - CEP 59115-900
Tel: (84) 3204-1100 - Fax: (84) 3227-2337 - CNPJ nº 08.402.943/0001-52 -I.E 20.001.611-3

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015** - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**32. Lucro por ação**  
**(a) Básico/diluído**  
O lucro básico/diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela sociedade e mantidas como ações em tesouraria. Demonstramos a reconciliação do lucro líquido do exercício com os valores usados para calcular o lucro líquido por ação:

	2015	2014
Numerador básico/diluído		
Alocação do lucro líquido do exercício para os acionistas .....	350.215	480.110
Denominador básico/diluído		
Ações disponíveis - mil .....	62.400	62.400
Lucro líquido básico/diluído por ação - R\$		
ON .....	5,34516	7,32768
PN .....	5,87968	8,06045
O lucro por ação diluído é igual ao básico, em virtude da inexistência de ações potenciais com efeito de diluição.		

**33. Arrendamento operacional - locação de lojas**  
Em 31 de dezembro de 2015, a controlada Midway Shopping Center Ltda. possui 274 contratos de locação de suas lojas firmados, sendo 273 com terceiros e 1 com a parte relacionada Lojas Riachuelo, os quais a Administração analisou e concluiu que se enquadram na classificação de arrendamento mercantil operacional. Os contratos de locação das lojas, em sua maioria, preveem receita de aluguel variável, incidente sobre as vendas, ou um valor mínimo atualizado anualmente por diversos índices representativos da inflação, com prazos de validade de cinco anos, sujeitos à renovação. Os contratos de aluguéis das áreas brutas locaisíveis ("ABL") do Shopping Midway possuem valores fixados em contrato, com reajustes anuais, com exceção dos principais índices de inflação. O valor da locação dos imóveis é sempre o maior valor entre: (i) o equivalente a 3% e a 5% das vendas mensais brutas, realizadas pela loja, ou (iii) um valor mínimo mensal atualizado anualmente por diversos índices representativos da inflação. Os referidos contratos de locação possuem prazos de validade de cinco a quinze anos, sujeitos a renovação. No exercício findo de 31 de dezembro de 2015, as receitas de alugueis, líquidas dos impostos a recuperar, totalizaram R\$ 61.703 (R\$ 57.079 em 31 de dezembro de 2014) no Midway Shopping Center Ltda. e R\$ 58.754 (R\$ 54.166 em 31 de dezembro de 2014) no consolidado. A previsão das receitas futuras da controlada Midway Shopping Center Ltda., oriundos destes contratos, a valores de 31 de dezembro de 2015 totalizam um montante mínimo de R\$ 562.781, sendo:

Vencimento	Valor Nominal
2016 .....	62.840
2017 .....	64.851
2018 .....	66.926
2019 .....	69.068
Demais vencimentos até 2023 .....	299.096
Total.....	562.781

### 34. Compromissos, obrigações e direitos contratuais

#### (a) Entre partes relacionadas

A Lojas Riachuelo é locatária em 49 contratos de aluguel de imóveis (prédios e lojas) da Companhia, dos quais 45 são de lojas, onde os aluguéis são calculados a 3% do faturamento bruto (vendas com impostos) e os demais contratos geram um aluguel de R\$ 899 a serem pagos mensalmente, sendo 2 centros de distribuição, 1 prédio ocupado pela matriz da Lojas Riachuelo e 1 depósito na região de Brasília-DF. **(b) Com terceiros:** A controlada Lojas Riachuelo possui compromissos, obrigações e os direitos contratuais, dados ou recebidos, não registrados no balanço em 31 de dezembro de 2015 são como segue:

Natureza	Valor
Compromisso e/ou obrigação	
Carta de fiança concedida por bancos com garantia em processos judiciais e execuções.....	193.226
<b>(c) Arrendamento operacional - Locação de lojas:</b> Em 31 de dezembro de 2015, a controlada Lojas Riachuelo possui 285 (257 em 31 de dezembro de 2014) contratos de locação de lojas firmados com terceiros ou com a sua controladora Guararapes, para os quais a administração analisou e concluiu que se enquadram na classificação de arrendamento mercantil operacional. Os contratos de locação das lojas, em sua maioria, preveem uma despesa de aluguel variável, incidente sobre as vendas, ou um valor mínimo atualizado anualmente por diversos índices representativos da inflação, com prazos de validade de dez anos, sujeitos à renovação. Os contratos de aluguel das áreas de Logística e Administrativa da Companhia possuem valores fixados em contrato, com reajustes anuais, conforme variação dos principais índices de inflação. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, as despesas de aluguéis, líquidas dos impostos a recuperar pagos a terceiros, totalizaram R\$ 195.249 (R\$ 157.467 em 2014). O saldo da rubrica "Arrendamento operacional - locação de lojas", relacionado a aluguéis de terceiros, é de R\$ 14.068 (R\$ 10.358 em 2014). Os compromissos futuros, oriundos desses contratos com terceiros, a valores de 31 de dezembro de 2014, totalizam um montante mínimo de R\$ 1.738.900, sendo:	
<b>Vencimento</b>	<b>Valor</b>
2016 .....	252.653
2017 .....	246.416
2018 .....	234.241
2019 .....	212.715
2020 .....	192.777
2021 a 2028 .....	600.098
	1.738.900

### 35. Cobertura de seguros

A Controladora mantém a política de não contratar seguros contra incêndios para parte substancial dos seus ativos. Essa política leva em consideração os seguintes aspectos: (a) Parque fabril distribuído em cinco fábricas segregadas fisicamente; (b) Imóveis comerciais e os estoques de produtos estão segregados fisicamente; (c) Sistemas de processamento de dados protegidos por "backup"; (d) Todas as instalações possuem aparelhamento específico para combate imediato a eventuais incêndios; e (e) Em aproximadamente 50 anos de existência da Controladora, não há históricos de incêndios que tenham trazido perdas relevantes. As premissas de risco adotadas, dadas à natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram analisadas pelos nossos auditores independentes. A controlada Lojas Riachuelo possui seguros contra incêndio para os três Centros de Distribuição (São Paulo, Natal e Manaus), com cobertura para as instalações, os equipamentos e as mercadorias. Para as lojas, é mantida a política de não contratar seguro contra incêndio, levando em consideração o aspecto dos imóveis comerciais (grande maioria localizada em shopping centers) e correspondentes estoques de produtos segregados fisicamente. Não há histórico de incêndios que tenham trazido perdas relevantes. Os valores contratados são baseados em opinião dos consultores de seguros, para fazer face aos riscos envolvidos. Em 31 de dezembro de 2015, o Grupo apresentava as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Bens segurados	Riscos cobertos	Montante da cobertura
Patrimônio (CD's)	Incêndio/raio/explosões/danos elétricos/ vendaval a fumaça/lucros cessantes	395.154
Aeronave	Queda/Casco/Responsabilidade Civil	300.669
Mercadorias	Transporte Nacional/Internacional	100% Segurado
Adicionalmente, a Companhia mantém apólices específicas para responsabilidade civil.		

### 36. Informações adicionais aos fluxos de caixa

A Administração da Companhia define como "caixa e equivalentes de caixa" valores mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para investimento ou outros fins. As aplicações financeiras possuem características de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e não estão sujeitas a risco de mudança significativa de valor. Os saldos que compõem esta conta estão representados conforme Nota 6. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 houve movimentações patrimoniais que não afetaram os fluxos de caixa da Companhia e suas controladas, como segue:

Valores que não afetaram o Fluxo de Caixa	Controladora	Consolidado		
	2015	2014	2015	2014
Juros sobre capital próprio propostos .....	135.895	133.424	135.895	133.424
Transferência de Contas a Receber de Clientes para Investimentos em Controladas .....	264.987	269.944	-	-
Transferência de Contas Dividendo a Receber para Investimentos em Controladas .....	30.766	30.056	-	-
Transferência de Contas Aluguéis a Receber para Investimentos em Controladas .....	4.250	30.056	-	-
Aumento do capital social da Controladora com a capitalização de reservas .....	300.000	300.000	300.000	300.000

#### Seção F - Políticas contábeis

### 37. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

### 37.1. Conversão de moeda estrangeira

**(a) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("moeda funcional") que é o Real (R\$). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação do Grupo. **(b) Transações e saldos em moeda estrangeira:** As operações com moedas estrangeiras são convertidas para o moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são mensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidas na demonstração do resultado. O Grupo não adota *hedge accounting*. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com fornecedores são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. Todos os outros ganhos e perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como "Outras receitas operacionais, líquidas" se existirem.

### 37.2. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com até 90 dias da data da aplicação ou consideradas de liquidez imediatas ou convertíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

### 37.3. Ativos financeiros

**37.3.1. Classificação:** O Grupo classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. Os derivativos também são classificados a valor justo por meio do resultado. **(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. A Companhia e suas controladas não possuem instrumentos financeiros classificados nesta categoria. **(b) Empréstimos e recebíveis:** Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis do Grupo compreendem "Contas a receber de clientes" e "Caixa e equivalentes de caixa" (Notas 13 e 10). **(c) Ativos financeiros disponíveis para venda:** Os ativos financeiros disponíveis para venda são considerados não derivativos, que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Eles são apresentados como ativos não circulantes, a menos que a administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço. **37.3. Reconhecimento e mensuração:** As compras e as vendas de

ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que o Grupo tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Outras receitas operacionais, líquidas" no período em que ocorrem. Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem perda (*impairment*), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio, são incluídos na demonstração do resultado como "Receitas e despesas financeiras". Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados pelo método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas. **37.3.3. Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **37.3.4. Impairment de ativos financeiros: (a) Ativos mensurados ao custo amortizado:** O Grupo avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado se a perda por *impairment* não incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. **(b) Ativos classificados como disponíveis para venda:** O Grupo avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Para os títulos de dívida, o Grupo usa os critérios mencionados em (a) anterior. No caso de investimentos em títulos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, uma queda relevante ou prolongada no valor justo do título abaixo de seu custo também é uma evidência de que o ativo está deteriorado. Se qualquer evidência desse tipo existir para ativos financeiros disponíveis para venda, o prejuízo cumulativo - medido como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por *impairment* sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente no resultado - será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração do resultado. Perdas por *impairment* de instrumentos patrimoniais reconhecidas na demonstração do resultado não são revertidas por meio da demonstração do resultado. No caso de instrumentos de dívida, se, em um período subsequente, o valor justo desse instrumento classificado como disponível para venda aumentar, e o aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento que ocorreu após a perda por *impairment* ter sido reconhecido no resultado, a perda por *impairment* é revertida por meio de demonstração do resultado. **(c) Instrumentos financeiros derivativos:** Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo por meio do resultado ao final de cada período. Os instrumentos derivativos não se qualificam para a contabilização de *hedge*. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado em "Resultado financeiro".

### 37.4. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de cartão de crédito (Riachuelo e de terceiros) e de empréstimos pessoais no curso normal das atividades do Grupo. Na Controladora, referem-se substancialmente a valores a receber da controlada Lojas Riachuelo. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD" ou *impairment*). No caso da Lojas Riachuelo, as contas a receber de cartões de crédito (cartão Riachuelo e cartão de terceiros) e empréstimo pessoal são registrados com base nos valores nominais e ajustados a valor presente quando a administração julgar que esses ajustes apresentam um efeito relevante nas demonstrações financeiras, uma vez que as transações são de curto prazo. No caso da Midway Financeira, as operações vencidas após 60 dias têm seus rendimentos registrados na conta "Contas a receber", e a transferência desta para o resultado ocorrerá somente quando do efetivo recebimento dos valores vencidos. Para os saldos dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, não existe diferença relevantes entre o saldo contábil do contas a receber de clientes e o seu valor justo, uma vez que em sua maioria, o saldo de contas a receber de clientes refere-se à Midway Financeira, cujos saldos estão reconhecidos pelo valor justo. **(j) Provisão para créditos de liquidação duvidosa:** Na avaliação da provisão, são utilizadas bases históricas de inadimplência, prazos de recebimento e volumes de perdas incorridas, ajustadas conforme o julgamento da administração, quando as condições atuais de economia indiquem que perdas reais sejam superiores ou inferiores àquelas sugeridas pela base histórica. As proporções de inadimplência e de perdas e os prazos estimados para recuperações futuras são regularmente analisados com os resultados reais a fim de confirmar a sua aderência. As perdas são reconhecidas no resultado.

### 37.5. Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois, o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de projeto, matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda. A Administração espera que os estoques de matéria-prima e produtos acabados sejam recuperados em um período inferior a 12 meses. Os estoques de materiais de manutenção são classificados nos ativos circulantes ou não circulantes, considerando o histórico do consumo. Quando necessário, os estoques são deduzidos de provisão para perdas, constituída em casos de desvalorização, obsolescência de produtos e perdas de inventário físico.

### 37.6. Propriedade para investimento

A Companhia é controladora do Midway Shopping Center Ltda., empreendimento mantido para fins de renda de aluguel de longo prazo. O imóvel é da controlada e está demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada, calculada pelo método linear, pelas vidas úteis estimadas mencionadas na Nota 16.

### 37.7. Imobilizado

Terenos e edificações compreendem, principalmente, fábricas, pontos de varejo e escritórios. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. Esse custo foi ajustado para refletir o custo atribuído de terrenos, edificações, instalações e maquinismo na data de transição para IFRS/CPCS, como mencionado na Nota 17. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e também pode incluir transferências do patrimônio de quaisquer ganhos/perdas de fluxo de caixa qualificados como referentes à compra de imobilizado em moeda estrangeira, se houver. O custo histórico também inclui os de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

Edificações .....	25-47
Instalações .....	20
Máquinas .....	5-17
Benefeitorias .....	10
Veículos .....	3-5
Móveis, utensílios e equipamentos.....	5-10
Propriedade para investimentos .....	40

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável, quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

### 37.8. Ativos intangíveis

**(a) Marcas registradas e licenças:** As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição.

**(b) Pontos Comerciais:** Os pontos comerciais, da Lojas Riachuelo, adquiridos separadamente são demonstrados, inicialmente, pelo custo histórico, na data da aquisição. Posteriormente, os pontos comerciais, avaliados com os prazos dos contratos de locação definidos, são contabilizados pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo dos pontos comerciais registrados durante sua vida útil estimada de seis a dez anos.

**(c) Softwares:** As *licenças de softwares* são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e *fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada de três a cinco anos. Os custos associados à manutenção de softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e a testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- Tecnicamente viável concluir o *software* para que ele esteja disponível para uso.
- A administração pretende concluir o *software* e usá-lo ou vendê-lo.
- O *software* pode ser vendido ou usado.
- Pode-se demonstrar que é provável que o *software* gere benefícios econômicos futuros.
- Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o *software*.
- O gasto atribuído ao *software* durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares* e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do *software*. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente. Os custos de desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a cinco anos.

### 37.9. Impairment de ativos não financeiros

Os bens do imobilizado, intangível e outros ativos não circulantes são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. A perda, a ser registrada no resultado, quando identificada, corresponde ao maior valor entre o valor em uso e o valor líquido de venda do ativo. No exercício 2015 não foram identificados evidências de perdas não recuperáveis.

### 37.10. Fomecedores

O saldo de fornecedores refere-se a obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Para os saldos dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, não existe diferença relevantes entre o saldo contábil de fornecedores e o seu valor justo.

### 37.11. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total em aberto é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em vigor, utilizando o método da taxa efetiva de juros. O Grupo não possui instrumentos financeiros compostos de passivo financeiro (divida) e de patrimônio líquido, que compreende a emissão de títulos que podem ser convertidos em capital social à opção do titular. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo

# RIACHUELO MIDWAY

FINANCEIRA

menos, 12 meses após a data do balanço. Os custos de empréstimos e financiamentos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso e venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos e financiamentos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

### 37.12. Provisões para riscos trabalhistas e tributárias

As provisões para despesas e ações judiciais (trabalhistas, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) O Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; (ii) Seja provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) O grupo puder ser estimados com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquida-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

### 37.13. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O imposto de renda e a contribuição social diferidos registrados no ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

### 37.14. Ajustes a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos de longo prazo, e quando relevantes os de curto prazo, devem ser ajustados ao valor presente. Após a avaliação do valor apurado do ajuste a valor presente, a administração da Companhia concluiu que os impactos no resultado do exercício da apuração do ajuste a valor presente de elementos do ativo e do passivo não são relevantes em relação às demonstrações financeiras analisadas em conjunto e decidiu não registrar contabilmente tal ajuste.

### 37.15. Benefícios a beneficiados

**(a) Obrigações de benefícios de aposentadoria:** O Grupo possui plano de contribuição definida, que consiste nas contribuições fixas a uma entidade separada e não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado no período corrente e anterior. O Grupo faz contribuições para o plano de provisão da Brasilprev Seguros e Previdência S.A. de forma obrigatória, contratual ou voluntária. O Grupo não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas.

**(b) Participação nos lucros e bônus:** O reconhecimento dessa participação é usualmente efetuado no decorrer do exercício e ajustado no encerramento anual, momento em que o valor pode ser mensurado de maneira confiável pela Companhia.

### 37.16. Capital social

O capital social está totalmente subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2015 e 2014, representadas por 62.400.000 ações nominativas, sendo 31.200.000 ações ordinárias e 31.200.000 ações preferenciais.

### 37.17. Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do Grupo. O Grupo reconhece a receita quando o seu valor for mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades do Grupo, conforme descrito a seguir. O Grupo baseia-se nas suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda. Os critérios utilizados pelo Grupo no reconhecimento da receita de venda de produtos quando as seguintes condições forem satisfeitas:

- A Companhia transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos;
- A Companhia não mantém envolvimento contínuo na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos;
- O valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade;
- É provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Companhia; e
- Os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.

No caso da controlada indireta Midway Financeira, as receitas e as despesas das operações estão registradas de acordo com o regime de competência. O registro das operações com taxas prefixadas ocorre pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro estão apresentadas em contas redutoras dos respectivos ativos e passivos, enquanto o registro das receitas e despesas de natureza financeira ocorre pelo critério *pro rata* dia. As receitas com serviços prestados são diferidas e reconhecidas somente no período de sua competência.

**(a) Venda de produtos:** A Guararapes Confeccões S.A. produz uma variedade de confeccões e vende 100% de sua produção para a sua controlada Lojas Riachuelo. O Grupo opera com uma cadeia de pontos de varejo para a comercialização de confeccões em geral, artigos de uso pessoal e quaisquer outros correlatos. As vendas dos produtos são reconhecidas quando uma entidade do Grupo vende um produto para o cliente. As vendas no varejo são, geralmente, realizadas em dinheiro ou por meio de cartão de crédito, nas próprias lojas.

**(b) Receita financeira:** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um contas a receber, o Grupo reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do instrumento.

**37.18. Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio:** A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras do Grupo ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral/Conselho de Administração. O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

### 37.19. Norma nova, alteração e interpretação de norma que ainda não